



CORPO DE DELITO

O SEF como metáfora

Tratar do todo com base na parte (ou o todo pela parte) não costuma ser lá grande ideia.



Rui Patrício

Permitam-me duas notas confessionais para começar. Primeira nota: eu não faço ideia se está bem ou não acabar com o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), como agora há quem defenda, ou fundi-lo, refundi-lo, o que quer que seja. Não tenho dados, nunca estudei o assunto, nem sequer tinha alguma vez pensado nisso antes da emergência em “tratar do SEF” que agora, subitamente, apaixonou o pensamento da nação. E não me vou pôr a dar palpites. Para achismo, acho (pois) que já estamos bem servidos. E nem sequer posso ir lá por “impressões”, porque tenho tido pouco contacto com o SEF (e, aliás, até maioritariamente positivo) e o resto é de ouvir dizer – muito bem, bem, assim-assim, mal, muito mal (nada muito diferente do que já ouvi sobre tantos outros temas). Segunda nota: este texto vai dedicado à minha mãe, por uma razão, entre muitas outras possíveis. É que ela foi a vida toda funcionária pública e, aliás, muito dedicada, e com ela (embora não só com ela) aprendi que a generalização é uma coisa, além de injusta, muito perigosa. “A função pública não vale nada”, tantas vezes ouvi e oiço. Pois não é verdade. Há bom, há mau, há assim-assim, há muito bom, e há muito mau.

Donde, uma conclusão, e isso eu sei (ou acho... que sei): tratar do todo com base na parte (ou o todo pela parte) não costuma ser lá grande ideia. Aconteceu algo muito grave no aeroporto de Lisboa? Sim, aconteceu, embora exatamente “o quê” e “como” ainda tenhamos de esperar para saber melhor (dentro

do possível). E de sentenças antes do tempo está o inferno cheio – e estou eu também cheio, já agora. Mas algo aconteceu, tudo leva a crer que sim (e, desde logo, há uma vida perdida, o que por si só é muitíssimo grave); e aconteceu nessa altura e também, possivelmente, depois, e sejam quais forem, no singular ou no plural, as responsabilidades. Mas é isso motivo para, assim sem mais nem menos, acabar com o SEF, ou “tratar” dele, como se uma situação ou duas ou três fossem uma lepra institucional?

Vejamos, como exemplo, o sistema de justiça, que conheço bem melhor do que o SEF, diria até que conheço bastante bem. Já vi (na minha opinião, claro, “acho”...) de tudo (ou, pelo menos, muitíssimas coisas): muito bom, bom, assim-assim, mau, muito mau. Até já vi excelente e horrível. E então? Acaba-se com o sistema, “trata-se” dele, de cada vez que me/nos parece ou até se demonstra que alguma coisa má ou muito má aconteceu? Assim, sem mais nem menos? E ao som da gritaria? A mim, às vezes, quando deparo com alguém ou alguma coisa maus ou muito maus no sistema de justiça, até me apetece (ó deuses, e quanto). Mas entre esse “apetece-me” e o modo como devem funcionar uma sociedade e um Estado vai uma grande distância, a que separa os instintos, as emoções e as indignações do indivíduo e da multidão da razão de Estado, a que separa o “acho” do “penso”, a que estabelece uma fronteira entre o impulso (e o coletivo é sempre pior do que o individual, sobretudo em tempos propícios à velocidade espetacular) e a ponderação. No fundo, é a diferença entre o bebé e a água do banho, na expressão tão significativa quanto antiga (parece que será medieval). É preciso pensar um bocadinho, pelo menos um bocadinho, antes de deitar fora o primeiro com o despejo da segunda.

Escreve quinzenalmente à sexta-feira